

**FACULDADE DE SÃO BENTO
LICENCIATURA PLENA EM FILOSOFIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CURSO DE FILOSOFIA**

CAIQUE MARRA DE MELO

**O IMATERIALISMO DE GEORGE BERKELEY NA OBRA *TRATADO SOBRE OS
PRINCÍPIOS DO CONHECIMENTO HUMANO***

**São Paulo
2017**

**FACULDADE DE SÃO BENTO
LICENCIATURA PLENA EM FILOSOFIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CURSO DE FILOSOFIA**

**O IMATERIALISMO DE GEORGE BERKELEY NA OBRA *TRATADO SOBRE OS
PRINCÍPIOS DO CONHECIMENTO HUMANO***

Caique Marra de Melo

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Faculdade de São Bento do Mosteiro de São Bento de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Djalma Medeiros.

São Paulo

2017

CAIQUE MARRA DE MELO

O IMATERIALISMO DE GEORGE BERKELEY NA OBRA *TRATADO SOBRE OS PRINCÍPIOS DO CONHECIMENTO HUMANO*

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Faculdade de São Bento do Mosteiro de São Bento de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Djalma Medeiros.

Trabalho de conclusão apresentado e aprovado pela banca examinadora em

___/___/___

Membros da banca examinadora

Prof. Dr. Ivo Assad Ibri

Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva

Prof. Dr. Djalma Medeiros (orientador)

A Deus, a meus pais, Luís Fernando e Angela, e a meu irmão, Bruno.

Agradecimentos

Este trabalho de conclusão de curso foi possível graças aos imprescindíveis ensinamentos e a toda a gama de direcionamentos concedidos por meu estimado orientador, Prof. Dr. Djalma Medeiros, e ao edificante apoio acadêmico paralelamente realizado pelo Prof. Dr. Ivo Assad Ibri, a quem guardo especial carinho.

Destaco também o crucial respaldo acadêmico concedido pela Faculdade de São Bento, antro propício a fazer germinar profícuas centelhas de conhecimento, e seu respectivo corpo docente altamente gabaritado, particularmente amistoso e digno de minha sincera admiração.

[...] Então eu lhe explicaria as coisas tal como as concebia. Veríamos o que ele pensava. O importante na vida é se explicar. A dois conseguimos melhor do que sozinhos.

[Obra "*Viagem ao fim da noite*" (1952), de Louis-Ferdinand Céline]

Resumo

MELO, C. M. O Imaterialismo de George Berkeley na obra *Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano*. 2017. 41 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Filosofia, Faculdade de São Bento, São Paulo, 2017.

A presente monografia versa sobre a noção de imaterialismo na obra intitulada *Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano*, de George Berkeley. Seu imaterialismo acaba por ser revelado enquanto consequente imediato de sua perspectiva nominalista, construída sobre uma investigação referente à linguagem – mais especificamente às ideias abstratas – que abre, juntamente aos seus ditames empiristas e idealistas, caminhos de admissão a uma nova conclusão ontológica à medida que suas premissas filosóficas inevitavelmente conduzem a um *substratum* subjacente a toda realidade observável. Além disso, no que diz respeito aos precedentes atuantes sobre as acepções de Berkeley acerca da matéria, esta monografia irá apresentar a ideia de substância material na visão de Locke, fazendo jus à sua reputação e à sua influência sobre o pensamento de Berkeley e permitindo que nossa apresentação seja concluída sobre a base de contundentes subsídios concernentes à problemática do *substratum*.

Palavras-chave: Imaterialismo; Linguagem; Abstração; Substância Material; Mente; Ideia.

Abstract

MELO, C. M. George Berkeley's Immaterialism in the work *A Treatise concerning the Principles of Human Knowledge*. 2017. 41 p. Research Work (Graduation) – Philosophy Course, College of St. Benedict, São Paulo, 2017.

The following monography deals with the notion of immaterialism found into the intitled work *A Treatise concerning the Principles of Human Knowlegde* by George Berkeley. His immaterialism happens to be unfolded as an immediate consequent of his nominalistic perspective, builded upon an investigation concerning language – more especifically refering to abstract ideas – that opens, jointly with his empirical and idealistic statements, paths of admittance to a new ontological conclusion as its philosophical premises inevitably leads to an underlying *substratum* of all observable reality. Besides that, concerning the acting precedents of Berkeley's assumptions on the matter, that monography will also presents the idea of material substance on Locke's view, living up to his reputation and his influence on Berkeley's thought and allowing our presentation to come to an end upon forceful subsidies regarding the *substratum* issue.

Keywords: Immaterialism; Language; Abstraction; Material Substance; Mind; Idea.

Sumário

Introdução	10
1. O MAU USO DA LINGUAGEM E O PROBLEMA DA ABSTRAÇÃO	13
2. ELEMENTOS BÁSICOS DOS <i>PRINCÍPIOS</i> DE BERKELEY	17
3. CONSTRUÇÃO DO IMATERIALISMO BERKELEYANO	21
3.1. A inseparabilidade das qualidades primárias e secundárias.....	21
3.2. As qualidades primárias não podem ser causas das secundárias.....	22
3.3. A negação da matéria enquanto “suporte”.....	23
3.4. Inacessibilidade à matéria e sua respectiva dispensabilidade.....	24
4. A MENTE DIVINA, A DEFESA DO IMATERIALISMO E O PROBLEMA DO SUBSTRATUM	26
4.1. Mente Divina: <i>substratum</i> último da realidade.....	26
4.2. Objeções às consequências imaterialistas de Berkeley.....	28
4.3. Locke: a obscuridade da ideia de substância material.....	30
4.4. A hipótese corpuscular.....	32
4.5. Berkeley: o reconhecimento indireto da mente.....	34
Conclusão	36
Bibliografia	39

Introdução

A presente monografia tem por objetivo apresentar o modo pelo qual se desvela o conceito de imaterialismo na obra *Tratado dos Princípios do Conhecimento Humano*¹ de Berkeley.

É justo salientar que considerável parte interpretativa deste trabalho beberá da reflexão de Peirce a respeito do constructo imaterialista de Berkeley e, portanto, este pensador será introduzido à discussão sempre que seus apontamentos presentes no documento intitulado *Collected Papers*² soarem pertinentes e elucidativos ao problema em vista, principalmente em notas de rodapé que irão compor o todo de nossa investigação.

De modo a efetivarmos o objeto primacial revelado no primeiro parágrafo desta *Introdução*, primeiramente se fará necessária a contraposição berkeleyana acerca de ditames pré-estabelecidos – com direta oposição a Locke – referentes à faculdade do conhecimento humano e suas respectivas capacidades. Berkeley refutará, portanto, tanto a concepção de uma limitação natural da faculdade do conhecimento humano quanto sua suposta capacidade de formar ideias abstratas, pois, de acordo com o nosso filósofo, “*basta-nos retirar o véu das palavras para contemplar a mais bela árvore da ciência, cujos frutos são excelentes e estão ao alcance de nossas mãos*”³. Por conseguinte, iremos constatar que, se a limitação não procede de uma natureza intrínseca à faculdade do conhecimento humano, o problema estará sedimentado em seu mau uso: “*primeiro levantamos a poeira e depois nos queixamos por não ver*”⁴.

Dados os entraves a respeito da faculdade do conhecimento, da linguagem e da capacidade de abstração, remontaremos às colocações basilares dos *Princípios*

¹ A obra original usada como referência maior deste trabalho é: BERKELEY, George. *A Treatise concerning the Principles of Human Knowledge*. In: *The Works of George Berkeley Bishop of Cloyne*. Edited by A. A. Luce e T. E. Jessop. Volume Two. New York: Thomas Nelson & Sons, 1949. (Citado P – a designar Princípios – seguido pela parte correspondente e pelo número do parágrafo).

A tradução usada refere-se à obra: BERKELEY, George. *Obras Filosóficas*. Tradução, apresentação e notas de Jaimir Conte. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

² PEIRCE, Charles Sanders. *The Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Disponível em: <<https://colorysemiotica.files.wordpress.com/2014/08/peirce-collectedpapers.pdf>>. Acesso em: 26 de maio de 2017. (Citado CP seguido pelo número do volume e pelo número do parágrafo).

³ P, introdução, §24.

⁴ P, introdução, §3.

de Berkeley, para que, bem discriminados os objetos do conhecimento humano e suas respectivas correspondências ontológicas, possamos galgar paulatinamente ao desvelar de seu imaterialismo por intermédio de seu golpe de misericórdia ao que se refere à inerência das qualidades primárias às coisas e à atividade destas sobre as ditas qualidades secundárias, juntamente à negação da função de “suporte” concedida à suposta matéria. A partir disso, Berkeley, além de efetivar a dispensabilidade (ou seja, a não necessidade) da pretensa matéria ao negar sua principal e hipotética função – suportar acidentes –, tentando aprofundar seu posicionamento imaterialista sedimentará habilmente, tanto pela via dos sentidos quanto pela via da razão, a absoluta inacessibilidade à matéria.

Diante da necessidade de reafirmação de um necessário *substratum* às coisas reais, em conseqüência dos pressupostos estabelecidos, inevitavelmente será legada à Mente Divina tal condição percipiente, de modo a suplantar positivamente a suposição de um *substratum* material fora da mente por intermédio da aceitação de um Espírito que, plenamente de acordo com os pressupostos concebidos e demonstrados por Berkeley, não implicará em nenhuma contradição ao panorama filosófico do pensador de Kilkenny. A partir da sedimentação de tal *substratum*, invariavelmente incorremos numa “realocação ontológica da realidade”, pois à medida que a coisa real, que nada mais é, como se verá, do que um conglomerado de qualidades sensíveis, se encontra categorizada existencialmente sob a plena tutela do *percipi*, em última instância, por parte da Mente Divina, veremos que a dependência do real se encontra em relação ao infinito (Mente de Deus) e, portanto, estará dado um idealismo de tipo platônico calcado na negação de substâncias extensas independentes.

Como compreensível fato, Berkeley, em seus *Princípios*, concedera uma ampla parcela de sua obra a respostas às objeções frontalmente postuladas contra seu ideário filosófico, cabendo também, pois, a esta monografia a apresentação de pertinentes questionamentos voltados à aceitação dos pressupostos imaterialistas de Berkeley, com grande foco tanto no estatuto do verdadeiro *substratum* alegado pelo bispo de Cloyne quanto ao que se refere à concepção berkeleyana das coisas reais.

Veremos que as últimas seções deste trabalho farão jus tanto ao intenso interlocutor de Berkeley, John Locke, quanto ao esclarecimento da maneira pela qual o bispo de Cloyne reconhece a mente enquanto único *substratum* possível.

John Locke, ao assumir a possibilidade de certos pressupostos materialistas, recebe aqui uma breve explanação sobre sua compreensão acerca da ideia de substância material e seus respectivos entraves, a fim de ser colocado não meramente como um predecessor refutado por Berkeley, mas a ser compreendido como um relevante pensador a já antecipar muitos dos questionamentos levados à regra pelo bispo de Cloyne. Resumidamente: um decidiu-se por assumir a hipótese materialista enquanto subsídio epistemológico útil à sua concepção realista do mundo; já o outro, decidiu-se por fazer da hipótese material o ponto de negação a gerar sua realocação ontológica da realidade.

Já no que se refere ao reconhecimento da mente enquanto único *substratum* possível, veremos que apesar desta não nos conceder uma apreensão direta de si, assim como a matéria, a mente explicita indícios indiretos de sua existência, diferentemente da suposta substância material. Ou seja, através de seus efeitos se torna possível a nós a inferência da existência da mente enquanto princípio ativo da sucessão contínua das ideias.

1. O MAU USO DA LINGUAGEM E O PROBLEMA DA ABSTRAÇÃO

A oposição de Berkeley em relação ao espírito cético-imaterialista⁵ de seu tempo tem como um de seus pontos germinais a confiabilidade epistemológica concedida à extensão e à profundidade da faculdade do conhecimento humano⁶ em contrapartida à exígua condição da mesma sob a perspectiva de Locke, estando [a faculdade do conhecimento humano] “ *muito aquém da vasta extensão das coisas*”⁷ e, além disso, se encontrando incapaz de conhecer a natureza destas⁸ – e esta última consideração é crucial à distinção da confiabilidade epistemológica entre os dois pensadores: o acesso à *rerum natura*. Berkeley crê que os ditames céticos e ateístas florescem não de uma limitação da faculdade do conhecimento, mas justamente de seu mau uso⁹ a preceder a aceitação de inúmeros princípios contraditórios e absurdos¹⁰.

Os entraves do conhecimento humano, portanto, estariam postos diante de nós não enquanto uma conseqüência inevitável dada a partir da condição natural de nossa faculdade, mas devido a um turvamento desnecessariamente causado pela aceitação de princípios errôneos, que, segundo Berkeley, são fornecidos pelo abuso da linguagem, afirmando capacidades inacessíveis ao homem¹¹.

⁵ Cf. P, I, §102: os materialistas e céticos, segundo Berkeley, defendiam duas teses que não passavam de meras contradições: que há, na coisa, uma causa interna de suas propriedades – a suposta matéria – e que há uma essência interior nos objetos sensíveis.

⁶ Cf. P, introdução, §3.

⁷ LOCKE, John. Ensaio sobre o Entendimento Humano. Tradução, apresentação e notas de Pedro Paulo Garrido Pimenta. São Paulo: Martins Fontes, 2012, livro I, cp. I, §5. (Citado Ensaio seguido pelo livro, pelo capítulo e pelo parágrafo correspondentes).

⁸ Cf. Ensaio, II. XXIII, §32.

⁹ Cf. SMITH, P. J. As respostas de Berkeley ao ceticismo. Dois pontos, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 35-55, 2005, p. 42: “Nada mais cartesiano do que essa afirmação sobre o mau uso de nossas faculdades”. Contudo, deve-se saber que em Descartes a averiguação do mau uso das faculdades o levou ao seu próprio método, distante das conseqüências filosóficas admitidas pelo divergente aparato filosófico berkeleyano. Cf. CP 8.30: “A filosofia de Berkeley, como muitas outras, originou-se parcialmente de uma tentativa de fugir às inconveniências do dualismo cartesiano”. (A tradução usada refere-se à obra: PEIRCE, Charles Sanders. Semiótica. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. Coleção Estudos. 4 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2010).

¹⁰ Cf. P, introdução, §§4 e 25.

¹¹ Cf. P, introdução, §6: Berkeley ressalta o fato de se ignorar a problemática da aceitação de princípios obscuros principalmente nas áreas da Lógica e da Metafísica, pressupondo a possibilidade de determinadas abstrações e, inclusive, baseando-se nestas para galgar inferências, concluindo, afinal, supostos e perniciosos avanços.

Como decorrência maior desse abuso encontra-se a suposta capacidade do homem de formar ideias abstratas, sorrateiramente pressuposta nas mais tradicionais questões da ciência¹².

A abstração negada por Berkeley abarca duas acepções: conceber separadamente as qualidades que não existem assim separadas e formar uma ideia geral abstrata¹³. Portanto, não se trata de uma negação referente à possibilidade de dividir ou combinar ideias passíveis de constatação factual; afinal, caso isso fosse de fato considerado uma abstração, não abarcaria nenhuma impossibilidade.

De maneira didática, abordaremos primeiramente a segunda acepção de abstração para, depois, baseando-nos nesta, averiguarmos o modo pelo qual a primeira acepção pressupõe a segunda.

A capacidade de formar ideia geral abstrata fora tida por Locke como questão distintiva entre o entendimento de animais e de seres humanos¹⁴, logrando a Berkeley uma oposição no que diz respeito ao falso pressuposto “*de que fazer uso de palavras implica ter ideias gerais*”¹⁵, pois o filósofo de Kilkenny nega a capacidade do homem de obter ideias gerais por intermédio de termos gerais abstratos, discordando da colocação de Locke: “*palavras são gerais se usadas como signos de ideias gerais*”¹⁶. Para Berkeley, a generalidade do termo se dá apenas pela denotação de vários particulares, indiferentemente, e não pelo fato de ser signo de uma ideia geral abstrata¹⁷. Com isso, pelo fato da generalidade das palavras encontrar-se apenas à medida que estas se tornam signos de variadas coisas, o homem não pode dizer estar apto a obter ideias gerais abstratas ao se utilizar de palavras gerais.

Michael J. Loux enuncia a presença desta posição berkeleyana já no pensamento de Guilherme de Ockham: “*Ockham quer reivindicar que um termo geral como ‘homem’ não tem apenas um significado – um universal; ao contrário, ‘homem’ significa indiferentemente cada um dos muitos individuais dos quais este*

¹² Cf. P, introdução, §6.

¹³ Cf. P, introdução, §10.

¹⁴ Cf. Ensaio, II. XI, §§10 e 11: “Quanto a saber se os animais compõem e alargam, em algum grau, por via de abstração, afirmo que não se há neles o poder de abstrair, e que ter ideias gerais é o que distingue o homem dos animais, uma excelência que as faculdades desses jamais poderiam alcançar. Não se observa nos animais nenhum vestígio do uso de signos gerais para ideias universais, nem de palavras ou outros signos gerais, o que nos dá razão para imaginarmos que não têm a faculdade de abstrair ou de criar ideias gerais”.

¹⁵ P, introdução, §11.

¹⁶ Ensaio, III. III, §3.

¹⁷ Cf. P, introdução, §12.

*pode ser verdadeiramente predicado*¹⁸. Diante disso, chegamos ao fato de que ideias abstratas de extensão ou figura não podem ser assumidas como cabíveis de obtenção pelo homem, pois a este apenas compete o dote de ideias determinadas, que se gerais, generalizadas em sua significação, ou seja, através da denotação de diversos particulares e não por intermédio de um conteúdo abstrato absoluto; isto posto, se torna lícito dizer que sempre que se tomar, por exemplo, a ideia de extensão, esta se encontrará dotada de cor determinada, pois nenhuma destas [duas ideias] poderá ser concebida abstrata e separadamente.

Dada a negação da ideia geral abstrata, se tem por implicação a afirmação da impossibilidade de se conceber separadamente qualidades sensíveis que não podem existir assim separadas¹⁹, porque ao negarmos, por exemplo, a ideia geral de um triângulo, que, para Locke, “*não é de um triângulo oblíquo, retângulo, eqüilátero ou escaleno, mas de todos e de nenhum ao mesmo tempo*”²⁰, concluímos que não podemos obter, implicitamente, uma ideia de uma extensão nem pequena e nem grande, nem azul e nem dotada de qualquer outra cor específica. Então, limitamo-nos a poder conceber apenas aquilo que nos é passível de recepção pelos sentidos ou pela ação da reflexão ou da imaginação a partir destes dados sensoriais, sem incorrer numa contradição. Por exemplo: um homem sem cabeça seria visto com repulsa por parte de qualquer ser humano, mas não incorreria num absurdo lógico, e, portanto, poderia facilmente ser concebido mentalmente; contudo, seria impossível imaginarmos uma parede sem extensão, sem figura ou sem cor determinadas.

Resumidamente, a partir do que fora dado neste primeiro capítulo, conclui-se: se não há ideia geral abstrata, toda ideia refere-se a um conteúdo determinado; se há conteúdo determinado, este não pode vilipendiar os ditames de nossa recepção sensorial, restringindo-nos, portanto, a trabalhar apenas sobre as qualidades sensíveis recebidas e nos legando apenas a liberdade para combiná-las, dividi-las e

¹⁸ OCKHAM, W. Ockham's Theory of Terms, part I of the Summa Logicae. Translation and introduction by Michael J. Loux. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1974, p. 3 [tradução minha].

¹⁹ Este jogo de impossibilidades é ressaltado por Peirce como um forte pressuposto capaz de proporcionar inferência ontológica a favor da negação dos objetos sensíveis externos à mente: se não posso separar mentalmente o que não pode ser separado na percepção, é inevitável que não possa haver algo “fora da mente que se assemelhe a um objeto sensível, pois a concepção de semelhança não pode ser separada da semelhança entre ideias, porque essa é a única semelhança que pode ser dada na percepção” (CP 8.29).

²⁰ Ensaio, IV. VII, §9.

organizá-las, sem incorrerem no absurdo de nos julgarmos capazes de tomá-las abstratamente.

2. ELEMENTOS BÁSICOS DOS *PRINCÍPIOS* DE BERKELEY

Locke foi um dos expoentes defensores da suposta noção de qualidades primárias “*inseparáveis, como constata a mente, de cada uma das partículas de matéria*”²¹. Estas qualidades originárias, como a extensão e a figura, estariam presentes nas próprias coisas, não sendo, portanto, qualidades inerentes aos sujeitos perceptivos.

O pensador de Wrington, a partir da postulação da classe de qualidades primárias, declara resultar destas [qualidades originárias] a existência de uma segunda classe de qualidades, chamadas secundárias. Segundo ele, as qualidades originais, inerentes à coisa, estariam aptas a produzir em nós uma sorte de qualidades [secundárias] que estariam presentes no próprio sujeito perceptivo²². Portanto, sendo ambos os tipos de qualidades dados pela experiência, resulta-se uma classe de qualidades da outra conforme o poderio daquelas para que se efetivem as últimas no sujeito que percebe.

Contudo, para seguirmos adiante e apresentarmos de modo fiel a contraposição de Berkeley ao que fora proposto por Locke no que se refere à inerência das qualidades primárias às coisas e à atividade destas sobre as secundárias, primeiramente precisamos retornar às acepções basilares dos *Princípios* berkeleyanos para, então, já sedimentados em seus pressupostos, vislumbrarmos o que leva o bispo de Cloyne a adotar os posicionamentos filosóficos que advirão.

Uma das principais pedras angulares do aparato filosófico de Berkeley é claramente demonstrada através deste excerto:

É de fato uma opinião estranhamente predominante entre os homens que casas, montanhas, rios e, numa palavra, todos os objetos sensíveis têm uma existência natural ou real diferente da de ser percebidos pelo entendimento. Contudo, por maior que sejam a confiança e a aquiescência que esse princípio possa ter recebido no mundo, quem decidir em seu íntimo colocá-lo em dúvida pode, se não me engano, perceber que ele envolve uma contradição manifesta, pois, o que são os objetos anteriormente mencionados senão o que percebemos pelos sentidos? E o que

²¹ Ensaio, II. VIII, §§9 e 10.

²² Cf. Ensaio, II. VIII, §10.

percebemos além das nossas ideias ou sensações? E não é claramente contraditório que alguma destas, ou alguma combinação destas, possa existir impercebida?²³

Logo, podemos concluir, primeiramente, que tudo – e nada além disso – o que nos é dado imediatamente pelos sentidos são ideias ou, se preferir, qualidades sensíveis, e que, com isso, se pode dizer que todo o arcabouço do conhecimento humano trabalha apenas com ideias, pois estas são o único dado imediato de nossos sentidos²⁴. A partir disso, é possível averiguar que, se é um erro conceber que os objetos que nos são dados pelos sentidos possuem outra existência além do *percipi* (ser percebido), é lícito dizer que o ser das coisas sensíveis se limita ao ser percebido, e que, por conseguinte, as coisas sensíveis nada mais são do que coleções de ideias²⁵, porque não são nada além daquilo que nos chega aos sentidos ou, se preferir, em outras palavras, as ideias não são nada além daquilo que parecem ser²⁶. Então, conclui-se que o ser das coisas é ser percebido e que, conseqüentemente, nada existe impercebido.

Dito isso, Berkeley propõe três tipos de objetos à faculdade do conhecimento humano: ideias dos sentidos, ideias de reflexão e ideias de imaginação²⁷. Respectivamente: “*ideias realmente impressas nos sentidos*”, “*ideias como as percebidas quando prestamos atenção nas paixões e operações da mente*” e “*ideias formadas com a ajuda da memória e da imaginação, seja combinando, dividindo, seja simplesmente representando as ideias originalmente percebidas das maneiras mencionadas*”²⁸.

As ideias, como dito anteriormente, são apenas aquilo que parecem ser e, portanto, não há nada nelas a não ser aquilo que percebemos; e não percebemos nada além das qualidades sensíveis que própria e inteiramente são designadas ideias. Isto posto, ou seja, dada a totalidade do ser da ideia em equivalência plena ao que percebemos na mesma, podemos concluir que estas são passivas e inertes,

²³ P, I, §4.

²⁴ Cf. CP 8.31: “Ele inicia claramente seus princípios do conhecimento humano com a suposição de que nada temos em nossas mentes além de sensações, externas e internas, e reproduções destas na imaginação”.

²⁵ Cf. P, I, §1.

²⁶ Cf. P, I, §25: “uma ideia encerra em si passividade e inércia” e, portanto, “não existe nada nelas [ideias] a não ser o que é percebido”.

²⁷ Eis aqui, portanto, uma redução dos objetos do conhecimento humano a ideias, ou seja, a qualidades sensíveis. Contudo, Peirce lançará mão de uma contundente crítica a este postulado berkeleyano, dizendo: “Mas logo o encontramos admitindo várias noções que não são ideias, ou reproduções de sensações, sendo a mais notável a noção de causa, a qual ele não deixa para si maneira alguma de explicar experimentalmente” (CP 8.31).

²⁸ P, I, §1.

incapazes, portanto, de se assemelharem a outro algo que não a uma outra ideia, pois são meras qualidades sensíveis: “*todas as nossas ideias, sensações ou as coisas que percebemos, sejam quais forem os nomes pelos quais elas podem ser distinguidas, são visivelmente inativas; não encerram em si nenhum poder ou ação*”²⁹.

Além da existência das ideias, Berkeley segue adiante e, dado que está pressuposto à percepção das ideias um sujeito que realize este ato de perceber, seja na esfera do finito (mente finita) ou do infinito (Mente Divina), surge a necessidade de algo que as reja e as perceba, sendo, portanto, onde estas possam existir, tendo em vista que o existir da ideia está no fato de ser percebida, e, por isso, só poderá existir em algo pensante, pois ter uma ideia é igual a percebê-la³⁰. Consequentemente, todas as ideias apenas poderão existir numa mente que as contenha; afinal, tudo o que nos é dado imediatamente pelos sentidos são ideias, seu ser consiste em ser percebida e ideias, como vimos logo acima, são passivas e inertes, incapazes de terem ideias ou de estarem na condição de causa destas ou de si mesmas. Vejamos, portanto, o excerto a seguir que esclarece o que dissemos acima e que nos permitirá dar os próximos passos de nossa averiguação:

E não parece menos evidente que as várias sensações ou ideias impressas sobre os sentidos, por mais misturadas ou combinadas umas com as outras (isto é, quaisquer que sejam os objetos que componham), não podem existir de outro modo senão em uma mente que as perceba. E penso que um conhecimento intuitivo disso pode ser obtido por qualquer um que preste atenção no que é significado pelo termo *existir* quando aplicado a coisas sensíveis. Assim, por exemplo, a mesa sobre a qual escrevo, digo que existe, isto é, que a vejo e a sinto; e, se estivesse fora de minha sala de estudos, diria que ela existe, querendo dizer com isso que se eu estivesse em minha sala de estudos poderia percebê-la, ou que algum outro espírito realmente a percebe. [...] Quanto ao que é dito da existência independente de coisas não pensantes sem nenhuma relação com seu ser percebido, isso me parece completamente ininteligível. Seu *esse est percipi*, e não é possível que tenham alguma existência fora da mente ou das coisas pensantes que as percebam.³¹

É dado a nós, pela experiência, que há uma sucessão contínua de ideias³² e que, para tanto, algo deve produzi-las, alterá-las e, por conseguinte, estar numa

²⁹ P, I, §25.

³⁰ Cf. P, I, §7.

³¹ P, I, §§2 e 3.

³² Cf. P, I, §26.

condição tal que estas dependam desse algo³³, pois se sabe que as ideias, por serem inativas, como dito anteriormente, não podem ser causa nem de si mesmas e nem de outras ideias e sabe-se também que não há sequer a possibilidade destas existirem fora da mente, porque o ser da ideia é ser percebida e apenas um ser pensante poderia fazê-lo. Por conseguinte, resta apenas à mente a condição de causa das ideias, e não, como veremos, à suposta matéria não pensante.

No entanto, é senso comum entre os que reconhecem a possibilidade de existência da matéria, como Locke, que, apesar das qualidades secundárias existirem apenas na mente do sujeito perceptivo³⁴, as qualidades primárias supostamente existiriam fora das mentes, tendo como *substratum* o que chamam de matéria.

Para Locke, como vimos, as qualidades primárias são responsáveis pela suscitação, em nós, das qualidades secundárias. Contudo, Berkeley, ao afirmar a passividade das ideias e a não exterioridade destas, se utilizará de sua argumentação contra a inerência de qualidades primárias nas coisas³⁵ e contra a suposta atividade destas qualidades originais³⁶ para lançar mão de uma importante negação explícita e articulada em seus *Princípios* acerca da noção de *substratum* não pensante fora da mente. Portanto, resumidamente, apresentaremos a exclusão berkeleyana da exterioridade e da atividade das qualidades primárias como importante alavanca propulsora de seu imaterialismo, aliada à exclusão da pretensa necessidade da função de “suporte” de qualidades sensíveis concedida a este aparato material imperceptível.

³³ Cf. CP 8.30: “Uma ideia não produz outra e não existe nela qualquer poder ou capacidade de agir. Daí, como é preciso que exista alguma causa da sucessão de ideias, esta deve ser o *Espírito*”.

³⁴ Cf. P, I, §9.

³⁵ Cf. Seção 3.1 deste trabalho.

³⁶ Cf. Seção 3.2 deste trabalho.

3. CONSTRUÇÃO DO IMATERIALISMO BERKELEYANO

3.1. A inseparabilidade das qualidades primárias e secundárias

Locke discursa acerca das qualidades presentes, primeiramente, nos corpos e, após isso, acerca das qualidades presentes nos sujeitos perceptivos afetados pelo poder encontrado naqueles:

Assim, consideradas em corpos, qualidades são, em primeiro lugar: inseparáveis deles, seja qual for seu estado; constantes, em meio a todas as alterações e mudanças resultantes de força neles aplicada; perceptíveis pelos sentidos, em toda partícula de matéria suficientemente volumosa; inseparáveis, como constata a mente, de cada uma das partículas de matéria, mesmo que estas não se ofereçam em si mesmas à percepção de nossos sentidos.

[...] Em segundo lugar, essas qualidades, que são, na verdade, apenas poderes, nos objetos, de produzir em nós, por meio de qualidades primárias como volume, figura, textura e movimento de partes imperceptíveis, sensações variadas que chamo de qualidades secundárias, tais como cores, sons, paladares etc.³⁷

Portanto, vê-se que é legada à qualidade primária, como a extensão, uma inerência à suposta matéria externa, ainda que se admita que a qualidade secundária, como a cor, exista apenas no sujeito pensante afetado.

Recorramos primeiramente à sequência de inferências dita no final do primeiro capítulo deste trabalho para que possamos sedimentar a citada inseparabilidade de tais qualidades: se não há ideia geral abstrata, toda ideia refere-se a um conteúdo determinado; se há conteúdo determinado, este não pode vilipendiar os ditames de nossa recepção sensorial, restringindo-nos, portanto, a trabalhar apenas sobre as qualidades sensíveis recebidas e nos legando apenas a liberdade para combiná-las, dividi-las e organizá-las, sem incorreremos no absurdo de nos julgarmos capazes de tomá-las abstrata e separadamente. Isto posto, me encontro incapaz de conceber uma determinada extensão separadamente de uma determinada cor, pois não posso conceber separadamente aquilo que não pode ser assim encontrado³⁸ e nem sequer posso formar uma ideia geral abstrata de

³⁷ Ensaio, II. VIII, §§9 e 10.

³⁸ Cf. CP 8.26: “Sustenta, além do mais, que as sensações podem apenas ser, assim, reproduzidas em combinações tais como poderiam ter sido dadas na percepção imediata. Podemos conceber um homem sem

extensão. Por conseguinte, toda vez que concebo uma determinada extensão, esta, necessariamente, vem acompanhada de uma cor, mas, se a cor existe apenas em minha mente e a extensão supostamente possui uma existência ligada à matéria externa, como estas se encontrariam inseparáveis em minha concepção? Berkeley nos dirá: “*No entanto, se é certo que essas qualidades originais estão inevitavelmente unidas às qualidades sensíveis – e que sequer em pensamento são suscetíveis de ser abstraídas –, segue-se claramente que elas também existem apenas na mente*”³⁹; afinal, como fora ressaltado, não estaria passível de existência uma determinada extensão isenta de uma determinada cor.

Elucidados os pressupostos a favor da inseparabilidade das qualidades primárias e secundárias, portanto, é lícito dizer: só podendo existir unidas, necessariamente as duas deverão existir apenas na mente, pois seria absurdo incorrerem na argumentação de que em vez de ambas existirem na mente, ambas existiriam independentemente desta, a defender, por exemplo, que os sabores (qualidades secundárias) estariam ligados à suposta matéria externa, o que seria inaceitável, haja vista que um paladar febril obteria uma qualidade sensível supostamente inerente ao objeto de modo diverso da de um paladar sadio, se tratando, portanto, de um só objeto dotado de qualidades sensíveis contraditórias⁴⁰.

Dito isso, nos cabe concluir: “*Em resumo, extensão, figura e movimento abstraídos de todas as demais qualidades são inconcebíveis. Portanto, onde as demais qualidades estão, deverão estar também as primárias, ou seja, na mente e em nenhum outro lugar*”⁴¹.

3.2. As qualidades primárias não podem ser causa das secundárias

Segundo Berkeley, todas as ideias são “*visivelmente inativas*” e, portanto, são passivas e incapazes de exercer qualquer tipo de ação, pois “*uma vez que todas elas no todo e em cada uma de suas partes existem apenas na mente, não existe nada nelas a não ser o que é percebido*”⁴². Consequentemente, podemos inferir: é

cabeça, porque não existe nada na natureza dos sentidos que impeça que vejamos uma coisa assim; mas não podemos conceber um som sem altura, porque as duas coisas estão necessariamente unidas na percepção”.

³⁹ P, I, §10.

⁴⁰ Cf. P, I, §14.

⁴¹ P, I, §10.

⁴² P, I, §25.

impossível que uma ideia, a partir de sua plena passividade, não encerrando nenhum poder, torne-se causa de alguma ideia ou de si mesma. Isto posto, a perceptível inatividade da ideia se faz argumento suficiente contra o seguinte dizer de Locke já ressaltado na seção 3.1:

Em segundo lugar, essas qualidades, que são, na verdade, apenas poderes, nos objetos, de produzir em nós, por meio de qualidades primárias como volume, figura, textura e movimento de partes imperceptíveis, sensações variadas que chamo de qualidades secundárias, tais como cores, sons, paladares etc.⁴³

Estabelece-se então que “*extensão, figura e movimento não podem ser causas de nossas sensações*”⁴⁴, pois encerram em si a inércia própria de todo e qualquer tipo de dado imediato dos sentidos.

3.3. Negação da matéria enquanto “suporte”

Se “*a matéria ou substância material é o conceito técnico em metafísica que denota uma suposta base corpórea subjacente às qualidades das coisas*”⁴⁵ e até mesmo “*os próprios materialistas admitem que se pensou na matéria só para dar suporte aos acidentes*”⁴⁶, tendo-se demonstrado que as qualidades sensíveis não se encontram fora da mente, e nem sequer poderiam causar umas às outras à maneira de Locke – ainda que fossem independentes de um espírito –, acopla-se aos argumentos favoráveis à negação da matéria a exclusão de seu principal pressuposto de existência: suportar qualidades sensíveis (acidentes)⁴⁷.

Ela não atua, não percebe nem é percebida, pois isso é tudo o que se quer dizer quando se afirma que ela é uma substância inerte, inanimada, desconhecida; definição esta inteiramente composta de termos negativos, excetuando somente a noção relativa de “estar sob” ou de “suportar”⁴⁸. [...] Mas tendo-se mostrado que nenhuma qualidade, nem estas últimas [qualidades primárias], pode existir de outra

⁴³ Ensaio, II. VIII, §10.

⁴⁴ P, I, §25.

⁴⁵ GRAYLING, A. C. Berkeley’s argument for immaterialism. In: *The Cambridge Companion to Berkeley*. WINKLER, K. P. (ed.). New York: Cambridge University Press, 2005, p. 167 [tradução minha].

⁴⁶ P, I, §74.

⁴⁷ Cf. CP 8.29: “No entanto, o que se entende por matéria? Reconhece-se que ela é conhecida apenas como *suportando* os acidentes dos corpos; e a palavra ‘suportando’, nesse contexto, é uma palavra sem sentido. Nem existe qualquer necessidade para a hipótese de corpos externos. O que observamos é que temos ideias. Se houvesse qualquer utilidade em supor coisas externas, seria para dar conta desse fato”.

⁴⁸ P, I, §68.

maneira senão num espírito ou mente que a perceba, segue-se que não temos mais razão para supor a existência da matéria⁴⁹.

Fora demonstrado, desse modo, nos três passos acima expostos, a via pela qual Berkeley fundamenta seu imaterialismo a partir da negação da suposta inerência das qualidades primárias aos objetos sensíveis e da pretensa atividade causal destas sobre as qualidades secundárias, seguidamente à negação da função de suporte concedida à matéria pelos próprios materialistas⁵⁰. Além disso, Berkeley, ainda em seus *Princípios*, busca sedimentar mais duas constatações favoráveis à negação do dito *substratum* material: sua inacessibilidade e sua dispensabilidade – por consequência da exclusão da suposta principal função da matéria.

3.4. Inacessibilidade à matéria e sua respectiva dispensabilidade

A fim de sedimentar a inacessibilidade à matéria, Berkeley nega que esta se dê a nós tanto pelos sentidos quanto pela razão. Pelos sentidos, conhecemos apenas sensações (ideias) e estas não nos informam de algo exterior a suportá-las e nem de algo exterior imperceptivelmente semelhante a elas, justamente porque as ideias são passivas, inertes e incapazes de se assemelharem a algo que não seja uma ideia⁵¹; afinal, caso se assemelhe a algo perceptível, este algo também se trata de uma ideia, e, caso defendêssemos que esta [ideia] supostamente pudesse se assemelhar a algo imperceptível, incorreríamos num absurdo ao proferir tal tese, pois é impossível que algo sensível, feito uma cor, se assemelhe a algo, por exemplo, invisível⁵². Já pela razão, como seria possível que a matéria nos induzisse, a partir do que percebemos, a acreditar na existência de corpos fora da mente sendo que os próprios pensadores aptos a admiti-la ao menos enquanto hipótese plausível, feito Descartes e Malebranche, não crêem que haja uma conexão necessária entre corpos exteriores e nossa afetação?⁵³ Afinal, “*não é necessário supor que existem corpos externos para a produção de nossas ideias, visto que se*

⁴⁹ P, I, §73.

⁵⁰ Esta principal função concedida por Berkeley à matéria, ser “suporte” de acidentes, será fortemente criticada por Peirce à medida que o mesmo afirma que, antes de ter o papel de suportar qualidades sensíveis, a matéria possui por principal função dar fundamento à conexão constante entre os acidentes (cf. CP 8.31), pois só assim teríamos uma causa das regularidades que não seja de ordem meramente intelectual (oposta ao que Berkeley propõe ao atribuir à sabedoria e à benevolência de Deus o sustentáculo de tais regularidades).

⁵¹ Cf. P, I, §18.

⁵² Cf. P, I, §8.

⁵³ Cf. P, I, §18.

*admite que às vezes elas são percebidas, e poderiam talvez ser produzidas sempre na mesma ordem em que as vemos atualmente, sem a sua participação*⁵⁴, tomando-se por base a afetação que sofremos, por exemplo, em sonhos e delírios⁵⁵.

A partir disso, podemos defender o imaterialismo com ainda mais consistência por meio da constatação da inacessibilidade à suposta matéria seguida por uma constatação da dispensabilidade desta, pois referindo-se à inacessibilidade, vimos que nem pelos sentidos e nem pela razão esta pretensa substância material se faz veementemente assertória, e, referindo-se à sua dispensabilidade (não necessidade), vimos que a principal função subjacente à matéria – ser suporte – fora arruinada ao negarmos, de modo especial, a exterioridade das qualidades sensíveis (além de ter sido igualmente negada a suposta possibilidade de ação das qualidades primárias).

⁵⁴ P, I, §18.

⁵⁵ Cf. P, I, §18.

4. A MENTE DIVINA, A DEFESA DO IMATERIALISMO E O PROBLEMA DO *SUBSTRATUM*

4.1. Mente Divina: *substratum* último da realidade

Se a matéria não é o que subjaz aos acidentes a proporcionar a conexão constante entre estes e nossos sentidos e se percebemos uma sucessão de ideias que independem de minha mente, quem estaria, segundo Berkeley, responsável pela regularidade de nossas afetações e a garantir o intermitente *percipi* de tudo o que há? Afinal, “*não parece menos absurdo supor uma substância sem acidentes do que supor acidentes sem uma substância*”⁵⁶.

Os dados sensíveis imediatamente percebidos não dependem de minha vontade, pois é claro que não passam a existir ou o cessam à medida que os percebo ou cesso tais percepções, tornando-se isto claro a partir do momento em que, por exemplo, ao abrir os olhos, vejo as coisas independentemente de minha deliberação para a existência destas⁵⁷. Aliás, caso conferíssemos tal poderio à nossa finitude, estaríamos assumindo um posicionamento subjetivista que aos olhos de qualquer homem, seja do vulgo ou seja do especialista, não encontraria subsídio plausível nem no senso comum e nem nas mais requintadas conjecturas presentes na história da filosofia. Logo, vê-se que o *substratum* incorpóreo que produz, contém e percebe as ideias deve necessariamente remeter a um Espírito Supremo capaz de produzir, perceber e conter tudo o que há⁵⁸ em sua regularidade e constância, porque só assim se justificaria o ser das coisas reais, que é *percipi*, tal como temos acesso. Afinal, sendo as ideias apenas aquilo que parecem ser, estas só podem existir numa mente, e, como dito logo acima, incorreríamos num absurdo caso legássemos à inconstância de nossa limitada percepção toda a tessitura do real justamente pelo fato de não podermos fundamentar lógica e ontologicamente a intermitente existência dos seres a partir da mesma. Desse modo, a Mente Divina é a única saída para se entender a produção, a regularidade e a constância das

⁵⁶ P, I, §67.

⁵⁷ Cf. P, I, §26.

⁵⁸ Cf. P, I, §29.

coisas reais⁵⁹ que nada mais são do que coleções de ideias que possuem seu ser restrito e equivalente à sua percepção⁶⁰.

No entanto, poderia surgir o questionamento sobre o porquê de tantas pessoas atribuírem a causa das ideias a coisas semelhantes às ideias e não ao espírito ou, se preferir, à mente. Para responder a este problema, Berkeley nos aponta três motivos maiores pelos quais muitos são levados ao erro citado acima: primeiramente, não veem a iminente contradição ao supor a independência das ideias com respeito a uma mente e nem ao assumir a possibilidade de atividade das mesmas; após isso, por falta de similitude ao modo pelo qual acessam as ideias vulgares, não reconhecem a existência de uma Mente Divina com a clareza esperada; e, finalmente, não conseguem inferir a existência da Mente Divina em sua sábia e benevolente ação a partir da regularidade e uniformidade dos fatos, mas buscam a existência deste Espírito na quebra ordinária do curso vulgar da realidade⁶¹.

Dito isso, em tom de fechamento à questão aqui levantada, nos cabe dizer que a coisa real, dentro do panorama filosófico de Berkeley, estaria na condição de ideia impressa por Deus na mente finita⁶²; afinal, o arquétipo do objeto sensível real se encontra na Mente Divina, que é o *substratum* último de toda a realidade, suscitando às mentes finitas cada objeto sensível segundo as Leis da Natureza⁶³. Tais leis naturais são produtos da vontade de Deus⁶⁴, pois as coisas, que são meras ideias, não possuem volição e nem qualquer outro tipo de poder ou ação, então, por conseguinte, as regularidades e os constantes mecanismos da natureza só poderiam ter como causa a volição da própria Mente Divina que contém e sustenta o todo. De acordo com o bispo de Cloyne, as leis que vigoram na Natureza, de acordo com a estabilidade de suas operações, revelam, paralelamente à notável sabedoria deste Espírito Supremo, a benevolência de uma Mente que, por intermédio de causas secundárias, coerentemente proporciona aos atentos

⁵⁹ Cf. CP 8.30: “Deus, que criou nossos espíritos, tem o poder de neles, imediatamente despertar ideias e, com sua sabedoria e benevolência, ele o faz com tanta regularidade que essas ideias podem servir como signos umas das outras. [...] Coisas reais não dependem de meu pensamento, mas têm uma existência distinta do serem percebidas por mim; contudo, o *esse* de tudo é *percipi*; portanto, *deve haver alguma outra mente onde elas existem*”.

⁶⁰ Cf. P, I, §45.

⁶¹ Cf. P, I, §57.

⁶² Cf. P, I, §33.

⁶³ Cf. P, I, §30.

⁶⁴ Cf. P, I, §32.

intérpretes do funcionamento do mundo o desvelar da verdadeira condição ontológica de tudo o que há, tão erroneamente interpretada, na visão de Berkeley, quando lida sob o jugo de conjecturas restritas às causas mecânicas imediatas⁶⁵.

4.2. Objeções às consequências imaterialistas de Berkeley

Poderíamos nos questionar se ao negar a matéria Berkeley não estaria assumindo uma postura idealista absolutamente subjetivista, pois poderia ser alegado, ainda que erroneamente, que os objetos sensíveis dependem de cada mente finita para existir e que, portanto, todo e qualquer tipo de exterioridade à mente finita estaria em condição avessa ao pensamento do bispo de Cloyne. Contudo, devemos tomar cuidado para não assumirmos pareceres que vilipendiam a verdadeira postura filosófica de Berkeley.

Primeiramente, nos é válido prestar atenção a duas vias pelas quais podemos compreender que de fato as coisas existam exteriormente: num primeiro sentido, *“as coisas percebidas pelos sentidos podem ser denominadas de externas no tocante a sua origem, na medida em que não são geradas internamente, pela própria mente, mas impressas por um espírito diferente daquele que as percebe”*; já num segundo sentido, as coisas podem ser entendidas como exteriores *“quando existem em alguma outra mente”*⁶⁶ por meio de uma impressão da Mente Divina nesta.

Berkeley, dessa maneira, sustenta que, ao ser possível dizer que as ideias tenham sua origem na Mente Divina e que estas existam também em outras mentes finitas por impressão daquela, sua concepção de realidade não se restringe à percepção de uma só mente humana, mas encontra-se, em última instância, baseada numa única dependência: da Mente Divina.

Contudo, poderia ainda nos surgir a seguinte indagação: ao supor a existência de Deus que contém e sustenta o todo em sua Mente e ao negar a matéria não pensante como suporte das qualidades das coisas, não estaria o filósofo de Kilkenny incorrendo numa negação do mundo exterior por completo, incluindo seus objetos físicos, como montanhas e rios?

⁶⁵ Cf. CP 8.31: Peirce levanta uma contundente crítica ao sustentáculo teleológico de cunho meramente intelectual que Berkeley concede à física, enriquecendo e abrindo veredas a posteriores reflexões.

⁶⁶ P, I, §90.

O comentarista de Berkeley, A. C. Grayling, expõe uma clara resposta a este questionamento:

Um ponto que requer uma imediata ênfase é que a negação de Berkeley da existência da matéria não é uma negação da existência do mundo exterior⁶⁷ e nem dos objetos físicos que este contém, como mesas e cadeiras, montanhas e árvores. Nem sustentou Berkeley que o mundo existe apenas porque é pensado por uma ou mais mentes finitas. Em um sentido do termo “realista”, de fato, Berkeley é realista, ao sustentar que a existência do mundo físico é independente de mentes finitas, individual e coletivamente. O que ele argumenta, em contrapartida, é que a existência não é independente da Mente⁶⁸.

O “*esse est percipi*”⁶⁹ das coisas, em última instância, diz respeito à Mente Divina que possibilita a existência de cada um dos particulares, e não à subjetividade das mentes finitas que ora percebem e ora deixam de perceber os objetos sensíveis. Logo, a realidade não é questionada em sua efetividade e nem em seu caráter imediato em relação aos nossos sentidos, mas meramente no que concerne à suposta admissão de substâncias extensas independentes da Mente de Deus, ocorrendo, portanto, por parte de Berkeley, apenas uma “realocação” das qualidades sensíveis para o verdadeiro *substratum* capaz de suportá-las. Deste modo, Berkeley traz um novo *status* de existência às coisas reais, sem negá-las, procurando apenas, num primeiro momento, evidenciar no que consiste de fato a sua efetividade, para então, conseqüentemente, sedimentar com clareza que a sua independência pode ser concebida em relação às mentes finitas, mas jamais à Mente Divina.

Conclui-se, por conseguinte, que Berkeley se encaixa no termo “realista” caso seja tomado em consideração à independência da realidade em relação às mentes finitas, mas, como é mais comumente lido e de acordo com uma interpretação plena de seu constructo filosófico, pode ser encaixado dentro do termo “idealista” à medida que determina o absoluto grau de dependência da realidade à Mente Divina.

⁶⁷ Pois, como podemos analisar a partir da dupla defesa do sentido do termo *exterioridade* citada acima – exterioridade da Mente Divina e exterioridade de outras mentes finitas que também sofrem impressões daquela –, é lícito dizer que na visão de Berkeley o mundo exterior consiste num “teatro de impressões” que Deus suscita às criaturas, sendo este [mundo exterior] um dado imediato a afetar nossos sentidos. Portanto, nega-se apenas o dito mundo exterior à medida que este for compreendido enquanto mundo de substâncias extensas independentes da Mente, mas não à medida que o mesmo for compreendido enquanto “palco” permeado por particulares conglomerados de qualidades sensíveis produzidos, contidos e sustentados pelo *substratum* último da realidade.

⁶⁸ GRAYLING, p. 168 [tradução minha].

⁶⁹ P, I, §3.

Afinal, o real para Berkeley não passa de um conglomerado de qualidades sensíveis dependentes da percepção da Mente de Deus.

4.3. Locke: a obscuridade da ideia de substância material

Pelo fato de John Locke ter exercido evidente influência sobre o pensamento de Berkeley desde seus anos iniciais no Trinity College⁷⁰, nos é válido averiguar a postura de tal pensador a respeito da concepção central a ser refutada pelo seu sucessor: a matéria ou, se preferir, a substância. Afinal, tamanha fora a força de Locke exercida sobre Berkeley, que fizera Peirce constatar em seu verbete: “*Berkeley é, indubitavelmente, mais produto de Locke que de qualquer outro filósofo*”⁷¹.

Apesar da concessão de Locke às qualidades primárias inerentes ao corpo material dos objetos sensíveis, a concepção de substância material não se encontra estanque e bem estabelecida dentro do panorama filosófico de Locke, afinal, “*ao contrário de figuras como Hobbes e Spinoza, [Locke] não pretendeu defender nem a posição materialista nem suas opostas*”⁷². Contudo, para o pensador de Wrington, o significado de substância se debruça sobre nossa observação de qualidades coexistentes nas coisas, sendo, portanto, um produto hipotético e plausível de nossa experiência⁷³. Isto posto, podemos começar a compreender o motivo pelo qual Locke fora postulado por Berkeley como defensor dos pressupostos de tal corrente materialista em inúmeros trechos de seus *Princípios*, direta e indiretamente⁷⁴.

A substância, dentro do panorama filosófico de Locke, surge como problema concernente à proposta que nos cabe a partir do momento em que é tratada enquanto “substância pura” (ou seja, enquanto substância material subjacente aos

⁷⁰ Cf. BERKELEY, George. George Berkeley, by the editor. In: The Works of George Berkeley, D. D., formerly Bishop of Cloyne: including many writings hitherto unpublished. Alexander Campbell Fraser (ed.). The North American Review 113. Volume 1. Oxford: Clarendon Press, 1871, p. XXIV-XLVII.

⁷¹ CP 8.26.

⁷² CHIBENI, S. S. Locke e o materialismo. Materialismo e Evolucionismo, Coleção CLE, Campinas, v. 47, p. 163-192, 2007, p. 164.

⁷³ A noção de coexistência de qualidades como fator “essencial” à sedimentação da plausibilidade da substância no panorama lockiano encontra-se claramente exposta no verbete *substance* em: YOLTON, John W. A Locke Dictionary. The Blackwell Philosopher Dictionaries. Cambridge: Blackwell, 1993, p. 281-287.

⁷⁴ No precedente imediato ao problema da matéria, dizendo respeito às ideias abstratas, cita-o diretamente em P, introdução, §11; já no que se refere ao materialismo, cita-o indiretamente em P, I, §§17 e 53.

dados imediatos de nossos sentidos), sendo compreendida como o componente principal de ideias de substâncias individuais, agindo como um não sei o quê acrescentado a uma porção de dados sensíveis, a suportá-los⁷⁵. Por não corresponder a um dado imediato dos sentidos, a ideia de substância material não consiste, portanto, numa ideia positiva, clara e distinta⁷⁶, mas, segundo Locke, a partir de ideias simples de sensação somos convencidos da existência de substâncias sólidas extensas⁷⁷ (por termos ideias simples de solidez e extensão⁷⁸) e, com isso, supomos tal substância material ainda que não possamos alcançá-la diretamente com a clareza desejada⁷⁹. Portanto, de certo modo, o próprio Locke antecipa a crítica de Berkeley ao *substratum* material taxado como não entidade isenta de uma definição positiva⁸⁰:

Qualquer um que examine sua própria noção de substância pura em geral constatará que sua única ideia genérica de substância é a suposição de um não sei o quê, de um suporte de qualidades, capaz de produzir ideias simples em nós, comumente chamadas de acidentes⁸¹.

Como fica evidente até mesmo para Locke, não temos nenhuma ideia, qualquer que seja, a respeito da “*substância pura*”⁸². No entanto, Locke supõe tal ideia pelo fato de lhe faltar meios para explicar o modo pelo qual as ideias sensíveis subsistam por si só:

Ao falarmos ou pensarmos numa sorte qualquer de substância corpórea, como cavalo, pedra etc., embora nossa ideia seja a mera compilação ou coleção das muitas qualidades sensíveis que encontramos unidas na coisa denominada, não concebemos como ela subsistiria, em si mesma ou numa outra, e assim supomos que existe sustentada por um objeto comum, suporte que denotamos com o nome de substância, apesar da certeza de não termos nenhuma ideia, clara ou distinta, da coisa que pressupomos como suporte.⁸³

⁷⁵ Cf. Ensaio, II. XII, §6 e II. XXIII, §2.

⁷⁶ Cf. Ensaio, IV. III, §23.

⁷⁷ Cf. Ensaio, II. XXIII, §29.

⁷⁸ Cf. Ensaio, II. IV, §§1 e 2 e II. V, §1.

⁷⁹ Cf. Ensaio, II. XIII, §§29 e 32: de acordo com a filosofia lockiana, só podemos ter clareza das ideias simples de sensação de reflexão, pois nossa mente não consegue ultrapassá-las para então atingir a causa secreta das coisas.

⁸⁰ Cf. P, I, §68: “Ela não atua, não percebe nem é percebida, pois isso é tudo o que se quer dizer quando se afirma que ela é uma substância inerte, inanimada, desconhecida; definição esta inteiramente composta de termos negativos, excetuando somente a noção relativa de ‘estar sob’ ou de ‘suportar’”.

⁸¹ Ensaio, II. XIII, §2.

⁸² Cf. CHIBENI, p. 170.

⁸³ Ensaio, II. XXIII, §4.

Para Locke, portanto, a ideia de substância material se encontra na condição de hipótese plausível a ocupar, ainda que sem a clareza desejada e apenas como mera conjectura filosófica, a lacuna existente no problema referente ao suporte material das ideias sensíveis dadas clara e distintamente aos homens. Afinal, “*Locke necessita dessa noção, apesar de obscura, para manter sua posição realista*⁸⁴ *metafísica* [...]”⁸⁵.

Apesar destas colocações, é justo ressaltar o fato de que, para Locke, há tanta obscuridade na noção de substância material quanto na noção de substância espiritual⁸⁶, não implicando, portanto, que, a partir das dificuldades impostas às respectivas noções, desemboquemos invariavelmente na plena negação das mesmas, pois temos ideias claras e distintas das partes sólidas e coerentes e do impulso que provém da suposta substância material e também temos ideias claras e distintas do pensamento – e do movimento que este pressupõe – e do poder de ação proveniente do espírito⁸⁷, nos faltando, para que pudéssemos efetivar uma apreensão nítida tanto da substância material quanto da substância espiritual, apenas aquela parte clara e distinta que diz respeito à nossa faculdade que não as alcança diretamente⁸⁸. Logo, devemos ter em mente que a aceitação da hipótese material na filosofia lockiana pode ser lida por muitos enquanto dotada de um viés arbitrário, por aceitar a plausibilidade de uma hipótese a partir da impossibilidade de sua plena negação, tanto quanto pode ser interpretada com estima por outros leitores devido o seu critério de não negação daquilo que, por nos dar indícios ainda que indiretos – nesse caso, através de ideias simples que nos são claras e distintas –, não pode ser inteiramente descartado.

4.4. A hipótese corpuscular

Ao assumir certos pressupostos condizentes à possibilidade de existência da matéria, Locke, na verdade, estava pressupondo um método chamado “*hipótese*

⁸⁴ Cf. Ensaio, II. XXIII, §5: tal posição realista diz respeito principalmente à defesa da plausibilidade da existência das substâncias extensas fora da mente.

⁸⁵ CHIBENI, p. 173.

⁸⁶ Cf. Ensaio, II. XXIII, §29.

⁸⁷ Cf. Ensaio, II. XXIII, §30.

⁸⁸ Cf. Ensaio, II. XXIII, §29.

*corpuscular*⁸⁹, sendo, nos dizeres do filósofo de Wrington, “a mais avançada [hipótese] para uma explicação inteligível de qualidades dos corpos”⁹⁰. Baseado nesta hipótese, Locke proporá sua concepção de qualidades primárias e qualidades secundárias juntamente às respectivas definições e condições destas. Surge, porém, segundo uma possível leitura da obra lockiana, o questionamento sobre esta conjectura, o corpuscularismo, se encontrar num grau de credibilidade impróprio em relação ao ceticismo epistemológico advindo de todo o decorrer do *Ensaio* de Locke. Afinal, trata-se de uma hipótese que, a risco de interpretação, pode ter alcançado um grau de insuspeição que não lhe compete⁹¹.

É válido salientar que Locke herdou tanto o conteúdo da distinção entre qualidades primárias e qualidades secundárias quanto o fundamento epistemológico destas a partir do pensamento de Robert Boyle⁹². No que se refere à hipótese corpuscular, apesar de se encontrar numa condição de evidente e imediata plausibilidade para Boyle⁹³, esta ganhou força na argumentação de Locke devido ao seu sucesso explicativo a proporcionar “a única compreensão da natureza das qualidades que se conforma às noções pré-científicas, diária e do senso comum de corpo e da causalidade dos corpos”⁹⁴.

McCann busca explicitar três postulados cruciais à doutrina corpuscularista a fim de se compreender melhor o que Locke estava assumindo por subsídio epistemológico de suas colocações a respeito dos corpos, de suas respectivas qualidades e da causalidade mecânica proveniente dos mesmos:

1. A matéria de todos os corpos é a mesma em gênero, ou seja, substância sólida extensa.
2. Todos os corpos são, ou (a) átomos individuais ou corpúsculos, que são fisicamente indivisíveis e que possuem como únicas qualidades (em adição à extensão e à solidez) tamanho, formato, posição, movimento ou repouso, e número; ou (b) agregados ou coleções de átomos. Não há componente ou constituinte fisicamente real de um corpo além dos átomos que o compõem (exceto pelo material que “gruda” uniformemente os átomos, caso o mesmo exista). Corpos compostos possuem uma qualidade a mais, sua “textura”, que é

⁸⁹ CHIBENI, p. 179.

⁹⁰ Ensaio, IV. III, §16.

⁹¹ Cf. CHIBENI, p. 180.

⁹² Cf. MCCANN, Edwin. Locke’s philosophy of body. In: The Cambridge Companion to Locke. Vere Chappell (ed.). Massachusetts: Cambridge University Press, 2006, p. 60.

⁹³ Cf. MCCANN, p. 60.

⁹⁴ MCCANN, p. 61.

o arranjo de seus componentes atômicos resultante de seus variados tamanhos, formatos, situações relativas e movimentos relativos.

3. Todas as mudanças de estado dos corpos ocorrem por decorrência de uma mudança na textura (note que átomos não podem alterar seu tamanho ou formato, dado que são indivisíveis); e todas as mudanças na textura são resultado de um impacto ou de uma ação de contato entre um corpo sobre o outro. Pode ser dito que toda causalidade envolvendo corpos é uma causalidade mecânica.⁹⁵

Isto posto, nos é valioso enfatizar dois pontos esclarecedores acerca da relação entre Locke e a ideia de substância material: primeiramente, que ele a supõe enquanto hipótese, e não a partir de um estabelecimento claro e distinto de sua concepção, e, além disso, que, enquanto pressuposto para sua aceitação da hipótese material, Locke enxergou em Boyle uma fonte segura de subsídios epistemológicos para sedimentar seu panorama filosófico de cunho realista, ou seja, baseado no conhecimento de um mundo exterior dotado de substâncias materiais extensas e substâncias espirituais pensantes.

4.5. Berkeley: o reconhecimento indireto da mente

Elucidada a gama de pressupostos de Locke a respeito da hipótese corpuscular a dar fundamento ao que fora levantado pelo próprio pensador de Wrington acerca da substância material, podemos retornar ao pensamento de Berkeley para verificarmos, em tom de fechamento ao nosso trabalho, de que maneira o bispo de Cloyne chega à mente como único *substratum* possível sendo que a mesma, caso seja objetada à maneira da negação berkeleyana da matéria⁹⁶, não nos concede, como o próprio bispo afirma, uma ideia direta de si⁹⁷.

De acordo com Berkeley e como já fora ressaltado no decorrer desta monografia, a matéria se encontra na figura de uma não entidade quando voltamos à sua suposta definição um olhar minimamente acurado, pois reserva a si apenas

⁹⁵ MCCANN, p. 56 [tradução minha].

⁹⁶ Peirce levanta uma crítica que diz respeito a um possível desequilíbrio no método de averiguação da mente e da matéria na filosofia berkeleyana. Segundo esse filósofo, caso Berkeley levasse à regra seu tratamento nominalista referente à matéria em pé de igualdade à mente, deveria negar esta última da mesma maneira que desconstruiu a suposta noção de um *substratum* material: “Tudo que ele disse contra a existência da matéria pode ser dito contra a existência da mente [...]” (CP 8.34).

⁹⁷ Cf. P, I, §27.

“qualidades negativas”, como ser inerte e imperceptível⁹⁸. Portanto, surge como critério básico para o reconhecimento de um ente a necessidade da dação de seu ser; ou seja: é real aquilo que dá seu ser na experiência, expondo, portanto, “positividade” que implica em realidade. Afinal, como já fora dito exhaustivamente, ser é ser percebido.

A partir disso, já nos é lícito explicitar a principal diferença possibilitante, dentro da filosofia berkeleyana, tanto do reconhecimento da mente quanto da negação da matéria. Segundo Berkeley, como dito acima, embora não consigamos obter uma apreensão direta da mente, ela concede determinada positividade a nós à medida que seus efeitos nos são plenamente acessíveis, pois está sob nossa perfeita constatação a existência de um princípio ativo de movimento e de mudança das ideias a causar a já citada sucessão contínua destas⁹⁹. Afinal, dado que uma ideia não pode se assemelhar a algo que não a outra ideia¹⁰⁰ e que tal sucessão nos é claramente dada pela experiência, o princípio de tal sucessão deve necessariamente não ser uma ideia passiva e inerte como todas as outras, mas justamente aquilo que subjaz às mesmas e possibilita tal panorama ativo, não estando, portanto, passível de ser “limitado” a uma ideia¹⁰¹ mas sim apenas a uma noção positiva de seus efeitos.

Já por parte da matéria, tendo-se analisado que esta não se dá diretamente a nós nem pelos sentidos e nem pela razão¹⁰², se exclui qualquer possibilidade de sua dação indireta (ou seja, pelos seus efeitos) à medida que se nega a exterioridade das qualidades sensíveis, chegando, deste modo, à impossibilidade desta subsistir aos supostos acidentes independentes de uma mente e, portanto, à sua plena dispensabilidade.

Logo, para Berkeley, o reconhecimento do único *substratum* possível, a mente, se dá de maneira positiva e logicamente plausível, ainda que seja pelos seus efeitos. O mesmo não ocorre em relação à matéria.

⁹⁸ Cf. P, I, §68.

⁹⁹ Cf. P, I, §27 e capítulo 2 deste trabalho.

¹⁰⁰ Cf. capítulo 2 deste trabalho.

¹⁰¹ Cf P, I, §27: “[...] todas as ideias, quaisquer que sejam, sendo passivas e inertes, não podem nos representar, por meio de imagem ou semelhança, aquilo que age”.

¹⁰² Cf. seção 3.4 deste trabalho.

Conclusão

O *esse est percipi*, a redução dos dados imediatos dos sentidos às ideias¹⁰³ e a compreensão da mente enquanto único *substratum* existente levam Berkeley a reconhecer a impossibilidade de existência de ideias independentes desta substância incorpórea que, ao conter as qualidades sensíveis que compõem a realidade, necessariamente é compreendida enquanto ativa e pensante, refutando, por conseguinte, a noção de *substratum* material – independente de uma mente e não pensante – a supostamente suportar tudo o que nos é dado imediatamente pelos sentidos. Afinal, o ser da coisa real está em ser percebido, pois tudo o que a ideia parece ser é o que ela de fato é, e apenas uma mente, portanto, poderia percebê-la – em última instância, a Mente Divina¹⁰⁴ –, e não a suposta matéria que nada de positivo constitui sua definição.

Berkeley, deste modo, a partir do legado de John Locke, abraçando o forte traço empirista de seu predecessor, constrói pouco a pouco, com sua particular astúcia argumentativa, um singular idealismo sensorialista de negação da matéria.

A importância da filosofia de Berkeley é relatada por Peirce nestes termos: “O inocente bispo gerou Hume; e, como ninguém contesta que Hume deu origem a toda filosofia moderna de toda espécie, Berkeley deveria ter um lugar muito mais importante na história da filosofia do que usualmente lhe é designado”¹⁰⁵. De acordo com Peirce, Berkeley foi quem concedeu os subsídios necessários ao ceticismo extremado de Hume¹⁰⁶, sendo este último aclamado empirista o responsável por levar a cabo a negação do critério de racionalidade de noções que Berkeley havia

¹⁰³ Cf. CP 8.29: “Nada que podemos conhecer ou mesmo pensar pode existir fora da mente, pois podemos pensar apenas pensar reproduções de sensações, e o *esse* destas é *percipi*”.

¹⁰⁴ Cf. CP 8.30: “No sentido usual da palavra *realidade*, portanto, a doutrina de Berkeley é que a realidade das coisas sensíveis reside apenas em seus arquétipos na Mente Divina”. No entanto, é digno de nota que Berkeley não nega que haja um mundo exterior – guardados os devidos pressupostos já expostos na seção 4.2 deste trabalho – e que tenhamos acesso a este mundo, mas, diferentemente, ele apenas apresenta o modo pelo qual está qualificada ontologicamente esta realidade: enquanto conglomerado de ideias dependentes da Mente de Deus.

¹⁰⁵ CP 8.34.

¹⁰⁶ Cf. CP 8.34.

ignorado, evidenciando em maior grau, indiretamente, a potencialidade dos pressupostos nominalistas berkeleyanos¹⁰⁷.

É digno de ressalva também o fato da via pela qual Berkeley executa a fundamentação de seu imaterialismo ter sido articulada nesta monografia em apenas um de seus possíveis meios de apresentação, pois a negação da matéria dentro da obra berkeleyana pode ser alcançada, ainda que baseada nos mesmos pressupostos, através das mais variadas sequências argumentativas. Logo, o modo pelo qual aqui fora exposta a construção do imaterialismo de Berkeley não esgota todas as possibilidades de se chegar a tal conceito dentro dos sólidos ditames de sua filosofia.

Outro ponto de salutar importância concernente à exposição de nosso tema é o fato de que não nos restringimos a apresentar meramente a construção dos fundamentos de seu imaterialismo, mas buscamos, junto a isso, expor o modo pelo qual ele preenche a lacuna da matéria – com a Mente Divina enquanto *substratum* último –, aliado tanto à apresentação de algumas objeções sobre a doutrina estabelecida¹⁰⁸ quanto ao levantamento acerca do problema da ideia de substância material em Locke a nos impulsionar ao fechamento de Berkeley referente ao reconhecimento indireto da mente enquanto *substratum*, justamente para abriremos um leque relativo a uma compreensão mais ampla sobre a complexa temática que tivemos em vista.

É edificante à nossa conclusão deixarmos claro também que neste trabalho tentou-se mostrar, guardadas as devidas proporções, que o pensador de Wrington já havia trilhado os primeiros passos para que Berkeley pudesse ir a fundo em sua negação da matéria por meio do já enunciado caráter obscuro da mesma, mantendo, portanto, certo grau de “imprecisão” quase que como método multifacetado de exposição, haja vista que, em seu *Ensaio*, ora remontava ao acesso claro e distinto que temos à solidez e à extensão¹⁰⁹, que nos convence acerca da plausibilidade da hipótese material, ou seja, da existência da substância

¹⁰⁷ Cf. CP 8.35: “A grandeza de Hume consiste no fato de que ele foi o homem que teve a coragem de levar seus princípios até suas últimas conseqüências, sem levar em consideração o caráter das conclusões a que chegou”.

¹⁰⁸ Caso interesse ao leitor um contato com um conteúdo crítico acerca dos ditames berkeleyanos aqui expostos (além das objeções expostas pelo próprio bispo em P, I, §§34 até 82), a exposição crítica integral de Peirce referente ao constructo imaterialista de Berkeley se estende de CP 8.31 até 34.

¹⁰⁹ Cf. Ensaio, II. IV, §§1 e 2 e II. V, §1.

sólida extensa, e ora ressaltava a limitação de nossa faculdade para atingir diretamente tal *substratum*¹¹⁰.

¹¹⁰ Cf. Ensaio, II. XXIII, §29: neste mesmo parágrafo encontra-se tanto o dito convencimento acerca da existência da substância sólida e extensa quanto o fato da limitação de nossa faculdade no que se refere ao acesso direto a este *substratum*.

Bibliografia

Obras de Berkeley:

BERKELEY, George. Obras Filosóficas. Tradução, apresentação e notas de Jaimir Conte. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

_____. The Works of George Berkeley Bishop of Cloyne. Edited by A. A. Luce and T. E. Jessop. Volumes 1-9. New York: Thomas Nelson & Sons, 1949.

_____. The Works of George Berkeley, D. D. formerly Bishop of Cloyne: including many of his writings hitherto unpublished. Alexander Campbell Fraser (ed.). The North American Review 113. Volumes 1-4. Oxford: Clarendon Press, 1871.

Obras consultadas de comentadores e demais autores pertinentes à temática:

ALEXIOU, Marina. Peirce e Berkeley: entre a Linguagem e o Real. São Paulo, 2002, Dissertação (Mestrado em Filosofia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP).

ANDERSON, Douglas R.; GROFF, Peter S. Peirce on Berkeley's Nominalistic Platonism. American Catholic Philosophical Quarterly, Washington, D.C, v. 72, n. 2, p. 165-178, 1998.

AYERS, Michael. Was Berkeley an empiricist or a rationalist?. In: The Cambridge Companion to Berkeley. WINKLER, K. P. (ed.). New York: Cambridge University Press, 2005.

BERMAN, David. Berkeley's life and works. In: The Cambridge Companion to Berkeley. WINKLER, K. P. (ed.). New York: Cambridge University Press, 2005.

CHIBENI, S. S. Locke e o materialismo. Materialismo e Evolucionismo, Coleção CLE, Campinas, v. 47, p. 163-192, 2007.

CONTE, J. A oposição de Berkeley ao ceticismo. Cad. Hist. Fil. Ci., Campinas, s. 3, v. 18, n. 2, p. 325-355, 2008.

FARIAS, V. O. Berkeley e a realidade mental do mundo. Synesis: Revista do Centro de Teologia e Humanidades, Petrópolis, v. 2, n. 1, p. 88-102, 2010.

FRIEDMAN, Lesley. Peirce's Reality and Berkeley's Blunders. *The Journal of Philosophy*. New York, v. XXXV, n. 2, p. 253-268, 1997.

GRAYLING, A. C. Berkeley's argument for immaterialism. In: *The Cambridge Companion to Berkeley*. WINKLER, K. P. (ed.). New York: Cambridge University Press, 2005.

HARWICK, Charles S. Peirce and Berkeley. In: *Proceedings of the C. S. Peirce Bicentennial Congress*, Lubbock, Texas Press, p. 81-85, 1981.

LOCKE, John. *Ensaio sobre o Entendimento Humano*. Tradução, apresentação e notas de Pedro Paulo Garrido Pimenta. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. *Essay Concerning Human Understanding*. Edited by Alexander Campbell Fraser. Volume Two. Oxford: Clarendon Press, 1894.

LUCE, A. A. Berkeley's Immaterialism: a commentary on his "A Treatise concerning the Principles of Human Knowledge". London: Thomas Nelson, 1945.

MCCANN, Edwin. Locke's philosophy of body. In: *The Cambridge Companion to Locke*. Vere Chappell (ed.). Massachusetts: Cambridge University Press, 2006.

MENDES, Fábio C. R. *O Imaterialismo de George Berkeley: o realismo no "esse é percipi"*. Porto Alegre, 2007. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS).

OCKHAM, W. Ockham's Theory of Terms, part I of the *Summa Logicae*. Translation and introduction by Michael J. Loux. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1974.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. Tradução e revisão por José Teixeira Coelho Neto e J. Guinsburg. 4ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2010.

_____. *The Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Disponível em: <<https://colorysemiotica.files.wordpress.com/2014/08/peirce-collectedpapers.pdf>>. Acesso em: 26 de maio de 2017. Volumes 1-8. (Citado CP seguido pelo número do volume e número do parágrafo).

POPKIN, Richard H. Scepticism and Late Seventeenth-Century Metaphysics. In: _____. *The History of Scepticism From Savanarola to Bayle*. New York: Oxford University Press, 2003.

SMITH, P. J. As respostas de Berkeley ao ceticismo. *Dois pontos*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 35-55, 2005.

SOCIO, Luama. *Mente, Ideia e Linguagem: o Imaterialismo de Berkeley no Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano*. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade de São Paulo (USP).

WINKLER, K. P. Berkeley and the doctrine of signs. In: *The Cambridge Companion to Berkeley*. _____ (ed.). New York: Cambridge University Press, 2005.

YOLTON, John W. A Locke Dictionary. *The Blackwell Philosopher Dictionaries*. Cambridge: Blackwell, 1993.